



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS REALEZA
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

JOSIANE APARECIDA LONGARETTI

**OCUPAÇÃO DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP),
DO RIO QUIETO EM DUAS PROPRIEDADES RURAIS NO MUNICÍPIO DE
NOVA PRATA DO IGUAÇU/ PR**

REALEZA
2017

JOSIANE APARECIDA LONGARETTI

**OCUPAÇÃO DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP), DO
RIO QUIETO EM DUAS PROPRIEDADES RURAIS NO MUNICÍPIO DE NOVA
PRATA DO IGUAÇU/ PR**

Trabalho de Conclusão de curso da graduação,
apresentado como requisito para obtenção de grau
em licenciatura em Ciência Biológicas da
Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientador(a): Prof. Dra. Izabel Soares
Coorientador(a): Jéverson Longaretti

**REALEZA
2017**

PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

Longaretti, Josiane Aparecida Ocupação das áreas de preservação permanente (APP), do Rio Quieto em duas propriedades rurais no Município de Nova Prata do Iguaçu/PR/ Josiane Aparecida Longaretti. -- 2017. 13 f.:il.

Orientador: Izabel Aparecida Soares.

Co-orientador: Jéverson Longaretti.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) -

Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, Realeza, PR, 2017.

1. Degradação Ambiental. I. Soares, Izabel Aparecida, orient. II. Longaretti, Jéverson, co-orient. III. Universidade Federal da Fronteira Sul. IV. Título.

OCUPAÇÃO DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP), DO RIO QUIETO EM DUAS PROPRIEDADES RURAIS NO MUNICÍPIO DE NOVA PRATA DO IGUAÇU/ PR

Josiane Aparecida Longaretti
Universidade Federal da Fronteira Sul
josianelongaretti@hotmail.com

Jéverson Longaretti
Prefeitura Municipal de Pato Branco

Izabel Aparecida Soares
Universidade Federal da Fronteira Sul

RESUMO

As várias modificações ocorridas no meio ambiente e o uso desordenado do solo pela ação antrópica, que utiliza essas áreas para o uso da agricultura, pecuária, urbanização e pastagens, caracterizam os efeitos do mau uso do solo e deterioração no ambiente. Este estudo visou avaliar por meio de técnicas de geoprocessamento a mata ciliar nas Áreas de Preservação Permanente (APPs) em duas propriedades rurais lindeiras ao rio Quieto, município de Nova Prata do Iguaçu. Para a avaliação do uso do solo seguiu o disposto no Código Florestal, Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Para esta análise a metodologia foi instrumentada por meio das técnicas de sensoriamento remoto e sistema de informação geográfica (SIG), sendo que este estudo se restringe apenas a vegetação ciliar. Os resultados indicaram Área de Preservação Permanente (APPs) da mata ciliar preservadas, sendo esse resultado para a propriedade com extensão de 287.811,12 m², tendo 1,45 % como área de preservação equivalente à 4.180,28 m². Outra propriedade está Parcialmente preservada, sendo essa com área total de 816.313,2 m², tendo 3,15 % de Área de Preservação Permanente (APPs) da mata ciliar ou seja 25.707,21 m² sendo APP existente 22.653,71m² e APP a recuperar é de 3.053,50 m² . de acordo com a legislação vigente e utilizando técnicas de geoprocessamento foi possível fazer a

identificação na mata ciliar de duas propriedades com Área preservada e parcialmente preservada.

Palavras-Chave: Sensoriamento remoto, uso do solo, Área de Preservação Ambiental.

Abstract: The various changes in the environment and the uncontrolled use of soil by anthropic action, which uses these areas for the use of agriculture, livestock, urbanization and pasture, characterize the effects of soil misuse and deterioration in the environment. This study aimed to evaluate the use and occupation in the Permanent Preservation Areas (APPs) of two rural properties in the Quiet River municipality of Nova Prata do Iguaçu/PR, using geoprocessing techniques, according to the parameters of the new forest code, Law nº 12.651, of May 25, 2012. For this analysis the methodology was instrumented through remote sensing and geographic information system (GIS) techniques, and this study is restricted to ciliary vegetation only. The results indicated two areas in which the Permanent Preservation Area (APPs) preserved, property with 287.916,46 m² of extension, being the area of, (APPs) 4,180.28 m² or 1.45% of the total property and the Area Partially preserved, property comi (APPs) of 816.313,2 m². In this property, the (APPs) is partially preserved, and the existing (APPs) is 22,653.71m² approximately 2.78% and (APPs) to be recovered is 3,053.50 m² equivalent to 0.37% of the total property . Therefore, the data listed allow us to conclude that, according to current legislation and using geoprocessing techniques, it was possible to identify two properties with preserved and partially preserved area.

Key words: Remote sensing, land use, Environmental Preservation Area.

INTRODUÇÃO

Nos primórdios dos tempos o Brasil era ocupado por povos indígenas e primitivos, mais tarde teve a chegada dos colonizadores e assim começou o processo de degradação do solo com a derrubada de áreas florestadas para exploração de ouro e diamante, cultivo de espécies exóticas, atividades extrativistas de essências. Portanto podemos assim perceber que a natureza era vista como fonte de recursos sem fim e as florestas apenas uma barreira que impedia o avanço do desenvolvimento (DEAN, 1996).

Segundo Feres (1990), inicialmente o uso do solo se baseava na agricultura extensiva, ou seja, por técnicas mais rudimentares, com o aumento da população e surgimento de povoados que faziam aumentar o número de pessoas envolvidas com atividades, os proprietários agrícolas perceberam que seria crucial produzir em maior quantidade, conseqüentemente conduzindo ao uso intensivo do solo. Chamada de Revolução verde, responsável por elevar a produção agrícola, ou seja, o uso intensivo do solo com aplicação de insumos aliado ao desenvolvimento genético de sementes, mecanização (MATOS, 2010).

O uso desordenado dos recursos naturais sem que se faça um planejamento gera impactos negativos, tais como desmatamentos e expansão da fronteira agrícola, poluição por dejetos animais, queimadas, agrotóxicos, erosão dos solos, assoreamento dos cursos d'água, e conseqüentemente a diminuição da diversidade biológica (LEITE et al., 2011). Assim, segundo Ribeiro (1999) é importante fazer um planejamento do uso de terra, de maneira a protegê-la, visando aumentar gradativamente a sua capacidade produtiva.

Nesta perspectiva as matas ciliares também foram alvo de todo esse tipo de degradação. As matas ciliares também chamadas de matas ripárias são vegetações de extrema importância, que ocorrem às margens de cursos d'água, responsável por manter a qualidade da mesma, controlar a erosão, dificultar o escoamento de resíduos e produtos químicos, além de servir como habitat de variadas espécies (LIMA; ZAKIA, 2004).

Em 1934 no governo de Getúlio Vargas, criou o Código Florestal, numa tentativa de ordenar o uso dos recursos naturais (BRASIL, 2011), ou seja, proteger áreas representativas dos ecossistemas naturais de um determinado ambiente. Na

segunda edição do Código Florestal no ano de 1965, foi aperfeiçoado e mais tarde foi dividido em principalmente Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reserva Legal (RL) até ser totalmente reformulado em outubro de 2012 (BRASIL, 2011).

As APP's são áreas localizadas nas propriedades públicas ou privadas, cujos limites são fixados em lei. De acordo com a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, **Art.3º** Área de Preservação Permanente (APPs) é destinada a:

II- Área de Preservação Permanente APP: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas;

Apesar de existirem leis de preservação e conservação das APP's, para o cumprimento da mesma, é necessário a fiscalização e conscientização da população quanto à preservação, pois para muitos produtores é mais barato queimar, degradar do que investir na terra para o aumento da produtividade (ORTOLAN, 2006).

Com o avanço das tecnologias tem se identificado ferramentas em apoio a verificação do implemento do Código Florestal que tem sido muito valiosa para auxiliar o homem a obter informações do uso e ocupação do solo em grandes áreas na superfície terrestre (DAINESE, 2001). Segundo Piroli (2010) o geoprocessamento é um ramo da ciência que trabalha com informações georreferenciadas a partir dos Sistemas de Informação Geográficas (SIG's), permitindo manipulação, avaliação e geração de produtos ligados a localização na superfície da terra. Ainda, a aplicação de técnicas de sensoriamento remoto, no estudo de microbacias mostrou-se adequadas na definição de vários parâmetros de entrada para a definição do uso e cobertura da terra, sendo considerada uma ferramenta essencial para o planejamento do uso da terra em bacias hidrográficas (Alves et al., 2007).

O presente trabalho é fruto de indagação própria a respeito da degradação ambiental, consequente de ações antrópicas. Tendo em vista condições inadequadas do uso e ocupação do solo e também a mudança do código florestal, objetivou-se fazer a análise do uso e ocupação das áreas de preservação permanente da mata ciliar em duas propriedades rurais lindeiras ao rio Quietinho, município de Nova Prata do Iguaçu, utilizando técnicas de geoprocessamento a qual apoia a verificação do implemento do Código Florestal.

esquerda (P2), assim pode-se avaliar o uso e ocupação apresentando a diferença do enquadramento que cada uma deve seguir de acordo com o Novo código florestal Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

Realizamos a medição da largura do rio *in loco* onde foram determinados quatro pontos. A largura foi de 10 m, diante disso fez-se a delimitação das APPs de acordo com o novo Código Florestal e então a análise do uso e ocupação da área.

Primeiramente foi feito um mapa de uso e ocupação para cada propriedade a partir de imagens de satélites fornecidas gratuitamente através do *Google Earth*. Nessas foram vetorizadas (polígono) as divisas da propriedade bem como Área de Preservação Permanente, lavoura, pastagem, e infraestrutura. Os dados foram exportados para o programa de Sistema de Informação Geográfica denominado Quantum Gis (Qgis), plataforma gratuita, onde foram georreferenciadas e posteriormente exportados para Auto cad (versão educacional) para a confecção dos mapas e mensuração das áreas.

Foi feita a delimitação das áreas de preservação permanente APPs com base na resolução CONAMA nº 303, 2002. A APP foi delimitada a partir da geração de medidores de distâncias, gerados a partir da borda do rio sendo no mínimo 20 metros para a (P1) e no mínimo 8 metros para (P2), de acordo com o previsto pelo Código Florestal de 2012.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na propriedade P1 a área total da (APPs) foi de 25.707,21 m² sendo aproximadamente 3,15% da propriedade como mostra na Tabela 1. A partir da análise percebeu-se que (APPs) existente é 22.653,71 m² equivalente a 2,78% e (APPs) a recuperar é de 3.053,50 m² equivalente a 0,37%, como mostra na tabela 2.

Tabela 1. Quantificação do uso e ocupação do solo da propriedade 1 do Município de Nova Prata do Iguaçu/ Pr, nas margens do Rio Quieto.

Uso e Ocupação	Área em metros quadrados	Área em %
APP	25.707,21 m ²	3,15 %
Total	816.313,29 m ²	100%

Fonte:Elaborado pelo autor,2017.

Tabela 2. Quantificação das áreas de preservação permanente P1 no município de Nova Prata do Iguaçu/ PR as margens do Rio Quieto.

Áreas de Preservação Permanente	Área em metros quadrados	Área em %
APP existente	22.653,71 m ²	88,12 %
APP a recuperar	3.053,50 m ²	11,88 %
Total	25.707,21 m²	100 %

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

Na propriedade (P2) a área total da APPs é de 4.180,28 m² sendo aproximadamente 1,45% da propriedade, como mostra na Tabela 3. A partir da análise percebeu-se que APPs existente abrange 4.180,28 m² equivalente a 100% de mata ciliar não tendo APPs a recuperar como podemos observar na Tabela 4.

Tabela 3. Quantificação do uso e ocupação do solo da propriedade 1, no município de Nova Prata do Iguaçu /Pr, nas margens do Rio Quieto.

Uso e Ocupação	Área em metros quadrados	Área em %
APP	4.180,28 m ²	1,45%
Total	287.811,12 m²	100 %

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

Tabela 4. Quantificação das áreas de preservação permanente P2 no município de Nova Prata do Iguaçu/ PR as margens do rio Quieto .

Áreas de Preservação Permanente	Área em metros quadrados (m ²)	Área em %
APP	4.180,28 m ²	100%
Total	4.180,28 m²	100%

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

Como observado na P2 a APPs está totalmente preservada, enquanto que na P1 encontramos maior parte da APP preservada, mas, também uma pequena parte sendo utilizada como Lavoura e pastagem, como demonstrado no mapa (Figura 2).



Figura 2: Mapa de Uso e Ocupação do Solo.
 Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

Tavares et al. (2015) detalha em sua pesquisa que a ocupação das APPs sendo mais de 50% ocupada por mata ciliar, e onde não está preservada encontra-se atividade agropecuária e solo exposto. Enquanto que Coutinho (2013) encontra resultados em que a maior parte das APPs é utilizada com atividades agrícolas seguidas da pecuária. Souza (2012) demonstrou um mapeamento e análise de conflito de uso e ocupação do solo onde gerou buffers que incluíam as áreas de uso adequado e de uso inadequado. Dos usos inadequados encontraram-se áreas de preservação permanente com presença de solo exposto, especificado por retirada completa da cobertura vegetal.

Quanto à diferença do tamanho das (APPs) de uma propriedade para a outra observada no mapa (Figura 2), se deve a alteração no código florestal, onde as regras para recuperação de APPs depende do tamanho da propriedade em módulos fiscais (unidade de medida de área expressa em hectares fixada diferentemente para cada município) para áreas consolidadas.

Assim, propriedades que estavam regularizadas até 2008, respeitando os 30 metros de APPs determinado pela legislação, devem permanecer com a mesma metragem. O novo código que varia o tamanho da APPs de acordo com a quantidade de módulos fiscais só influencia para recuperação de APPs que foram degradadas até 2008 (CARTILHA DO CÓDIGO FLORESTAL, 2012).

Segundo Soares (2010), as APPs devem ser suficiente para garantir a proteção do rio, de forma que seja possível aplicar tal lei, pois uma lei rigorosa não seria suficiente por se tornar mais difícil de ser obedecida.

De acordo com Romagnoli (2012) as APPs que não estejam sendo totalmente preservada geram impactos negativos, tais como a ocorrência de

processos erosivos, dificulta o fluxo gênico, facilita o escoamento de resíduos e produtos químicos prejudicando a qualidade da água e potencializando a degradação ambiental.

Contudo, APPs é uma área de extrema importância que tem função de proteger a biodiversidade, manter a qualidade da água, Assim, como a conservação e preservação das APP's são reguladas por um conjunto de normas permeado por conflitos em função das diferentes restrições de uso impostas por legislações distintas Código Florestal (2012), Resoluções, CONAMA, 303 (2002) Lei Lehman (1979) e regulamentações específicas de uso e ocupação do solo municipal (Sevilha et al., 2006).

CONCLUSÃO

A utilização do Sistema de Informação geográfica (SIG) foi eficaz na localização e mapeamento das Áreas de Preservação Permanente. Assim pode-se identificar APP da mata ciliar preservada e parcialmente preservada, analisadas conforme o novo código florestal [Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012](#). As áreas que não estão totalmente preservadas é para utilização da agricultura e pecuária.

REFERÊNCIAS

ALVES, H. Q.; ROSSETE, A. N. **Áreas de uso e de conflito em APP na microbacia hidrogáfica do Córrego Murtinho, Nova Xavantina-MT.** In: Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, XIII, 2007, Florianópolis. Anais... Florianópolis: INPE, 2007. p.3701-3708.

BRASIL. **Código Florestal.** 2012 [Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, Art.3º](#). Disponível em: <<http://codigoflorestal.sistemafaep.org.br/wp-content/uploads/2012/11/novo-codigo-florestalpdf>> Acesso em: 20/05/2016.

NOVO CÓDIGO FLORESTAL FAEP. **A aprovação do novo Código Florestal Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, Art.3º, no dia 25 de maio de 2012.** Disponível em: <<http://codigoflorestal.sistemafaep.org.br/wp-content/uploads/2012/11/novo-codigo-florestal.pdf>>. Acesso: 20/06/2017.

COUTINHO, Luciano Melo et al. **Usos da terra e áreas de preservação permanente (APP) na bacia do Rio da Prata.** Castelo-ES. 2013.

DEAN, W. **A ferro e fogo: a história e a destruição da Mata Atlântica brasileira.** São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

DAINESE, R. C. **Sensoriamento remoto e geoprocessamento aplicado ao estudo temporal do uso da terra e na comparação entre classificação não supervisionada e análise visual.** 2001. Universidade Estadual Paulista Faculdade de Ciências Agronômicas. Botucatu - Sp

FERES, J. B. **O sudoeste do Paraná: integração capitalista e expansão da pobreza rural** (um estudo de caso). In: Propriedade da terra: opressão e miséria. 1990.

IPEF, LIMA, W. P; ZAKIA, M. J. B. **Hidrologia de matas ciliares.** Disponível em: <<http://www.ipef.br/hidrologia/mataciliar.asp>> Acesso em: 22/05/2016

LEITE, S. P; SILVA, C R; HENRIQUES, L C. **Impactos ambientais ocasionados pela agropecuária no Complexo Aluizio Campos.** Revista Brasileira de Informações Científicas, v. 2, n. 2, 2011, 2011.

MATOS, Alan Kardec Veloso. **Revolução verde, biotecnologia e tecnologias alternativas.** Cadernos da FUCAMP, v. 10, n. 12, 2011.

MONDARDO, M.L. **Uma Caracterização Geral do Processo de Urbanização do Sudoeste do Paraná- Brasil.** Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-239.htm>. Acesso em: 22/05/2016.

ORTOLAN, A. A. **Francisco Beltrão-PR: Espaço de Representação e Poder.** 2006. Tese de Doutorado. Dissertação de mestrado, 162 p. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná.

PIROLI, E.L. **Introdução ao Geoprocessamento. Ourinhos:** Unesp, Campus de Ourinhos, 2010. Disponível em:
<http://andersonmedeiros.com/ebooks/livro_introducao_ao_geoprocessamento.pdf>.
Acesso em: 22/05/2016

ROMAGNOLI, I. **Geoprocessamento Aplicado na Análise do uso da Terra das Áreas de Preservação Permanente dos Corpos D'Água da Microbacia do Rio da Prata-Sp.** Revista Geonorte, v. 3, n. 5, 2012.

RIBEIRO, F. L. & CAMPOS, S. **Capacidade de Uso da terra no alto Rio Pardo, Botucatu (SP), através do Sistema de Informação Geográfica.** Energia na Agricultura, v.14. 1999.

SEVILHA, E. R.; DEMANTOVA, G. C.; FREIRIA, R. C. **Conflitos na Proteção Legal das Áreas de preservação permanentes urbanas.** In: I Seminário do Laboratório de Fluxos –FEC/UNICAMP, 2006.

SOUZA, R.S. MACIEL, M.M.; OLIVEIRA.A.S.; JESUÍNO,S.A.; **Caracterização do Conflito de Uso e Ocupação do Solo nas Áreas de Preservação Permanente do Rio Ápeu, Nordeste Do Pará.** Floresta, Curitiba, PR, v.42,n.4,p.701,out./dez.2012.

TAVARES, S. A.; ALMEIDA, P. AJ.; ANDRADE, L. E.; GUIMARÃES , M. S. **Geoprocessamento aplicado à análise do uso e ocupação da Terra em áreas de preservação permanente na APA de Murici, Alagoas.** Anais XVII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR, João Pessoa-PB, Brasil, 25 a 29 de abril de 2015, INPE.

Revista Geonorte

Os trabalhos enviados deverão possuir a seguinte extensão (incluindo bibliografia):

Artigo: 15 a 25 páginas

Os trabalhos devem ser enviados em extensão doc (compatível com Microsoft Office Word 97-2003) fonte Arial, tamanho 12, espaço entrelinhas 1.5, com recuo de parágrafos únicos de 1,5cm;

Se o artigo for escrito em português, o mesmo deve conter também abstract e keywords, e quando o texto for em inglês, este deve conter também resumo e palavras-chaves. O resumo não pode ultrapassar o número máximo de 250 palavras em espaço simples e ter entre 3 (mínimo) e 5 (máximo) palavras-chaves.

Os títulos e subtítulos devem estar sem numeração e com subtítulos (fonte tamanho 12, negrito e sem tabulação). O título em português deve ter também o título traduzido para o inglês e vice-versa. Logo abaixo do título, deve constar o(s) nome(s) do(s) autor (es) (centralizado), acompanhado da instituição pertencente e logo abaixo o e-mail do autor.

O corpo do trabalho deve ser organizado por capítulos, seguindo a seguinte estrutura:

INTRODUÇÃO: contendo os objetivos e as justificativas:

MATERIAIS E MÉTODOS: contendo a descrição dos materiais utilizados, os métodos empregados e os procedimentos desenvolvidos;

RESULTADO E DISCUSSÕES: contendo o resultado da pesquisa e suas discussões;

CONCLUSÃO: contendo as conclusões finais do trabalho.

REFERÊNCIAS: contendo a citação de todas as bibliografias, material cartográfico, softwares, consulta na internet e demais referências utilizadas ao longo do trabalho.

Tabelas e ilustrações (ABNT NBR 14724/dezembro/2005) devem ser referidas no texto e numeradas de acordo com a sequência. As tabelas devem ter título/legenda na parte superior (fonte tamanho 12 e espaçamento simples) e as ilustrações título/legenda na parte inferior (fonte tamanho 12 e espaçamento simples). As ilustrações (gráficos, mapas, fotografias, desenhos, entre outros) deverão ser enviadas em formato GIF ou JPG, já inseridas no corpo do texto.

As Referências deverão ter chamadas no texto pelo(s) sobrenome(s) do(s) autor(es), em maiúsculas, data e página, quando dentro do parênteses (FREITAS, 1993, p.76) e em minúsculas quando inseridas na frase: Segundo Freitas (1993, p.76). Se um mesmo autor citado tiver mais de uma publicação no mesmo ano, identificar cada uma delas por letras, (FREITAS, 1993a, p.66). As Referências (somente aquelas citadas no texto) completas deverão constar ao final do texto, alinhadas totalmente à esquerda, em ordem alfabética, e elaboradas de acordo com a NBR-10520:2001 da ABNT e devem seguir os modelos e exemplos abaixo:

Livro: SOBRENOME, Nomes. Título do Livro. Local de Edição: Editora, ano da publicação? p. (total de páginas)

Capítulo de livro:
SOBRENOME, Nomes (do autor do capítulo). Título do capítulo. In: SOBRENOME, Nomes (Ed., Org., Comp.) Título do Livro. Local de Edição: Editora, ano de publicação. Número do Capítulo, p. (página inicial – página final do capítulo).

Artigo: SOBRENOME, Nomes. Título do Artigo. Nome da Revista, Local de Edição, v.?, n. ?, p. página inicial - página final, ano da publicação.

Tese/Dissertação: SOBRENOME, Nomes. Título da tese/dissertação.
Tese/Dissertação (Doutorado/Mestrado em...) - Instituto, Universidade, local da

defesa, ano da defesa. ? f.

Evento: SOBRENOME, Nomes. Título do trabalho. In: NOME DO EVENTO EM CAIXA ALTA, 5., Cidade, data. Título Anais... Local de edição: Editora, data. página inicial-final do trabalho.

As citações textuais de menos de três linhas deverão aparecer no decorrer do texto, na mesma letra (sem itálicos) e entre aspas. As citações que ocuparem mais de três linhas deverão ser digitadas separadas do texto principal, com recuo, sem aspas nem itálicos e em fonte 10. Em ambos os casos, deve ser citado o SOBRENOME do autor, ano, página.

IMPORTANTE:

O conteúdo dos textos é de inteira e exclusiva responsabilidade dos autores

Condições para submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, deve-se justificar em "Comentários ao editor".

O arquivo da submissão está em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF.

URLs para as referências foram informadas quando possível.

O texto está em espaço simples; usa uma fonte de 12-pontos; emprega itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL); as figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento na forma de anexos.

O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em Diretrizes para Autores, na página Sobre a Revista.

Em caso de submissão a uma seção com avaliação pelos pares (ex.: artigos), as instruções disponíveis em [Assegurando a avaliação pelos pares cega](#) foram seguidas.